

do artigo 248.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho.

20 de janeiro de 2016. — O Inspetor-Geral, *Pedro Nuno Pimenta Braz*.
209293596

Despacho (extrato) n.º 1776/2016

Para os devidos efeitos, torna-se público que, por meu despacho de 18 de dezembro de 2015, e na sequência da conclusão do processo de extinção por fusão da Direção-Geral de Administração Interna, conforme Despacho n.º 15759/2014, de 26 de dezembro, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 252, de 31 de dezembro, é integrada no mapa de pessoal da Autoridade para as Condições do Trabalho, a técnica superior Maria Adelaide Batalha Franco, para o exercício de funções no Centro Local do Oeste, nos termos do disposto na alínea a) do n.º 3 do artigo 248.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho.

20 de janeiro de 2016. — O Inspetor-Geral, *Pedro Nuno Pimenta Braz*.
209293547

SAÚDE

Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, I. P.

Aviso (extrato) n.º 1320/2016

Processo Disciplinar — Notificação de decisão final

Nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 1 do artigo 222.º e n.º 2 do artigo 214.º, ambos da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, publicada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, alterada pela Lei n.º 84/2015, de 7 de agosto, fica por este meio notificada Ana do Céu Lopes Branco Steele, enfermeira, a exercer funções, à data, no Agrupamento de Centros de Saúde Oeste Sul/UCSP Torres Vedras, com última morada conhecida na Avenida Araújo, n.º 21 — Apartado 118, Marteleira, 2530-339 Lourinhã, que por deliberação do Conselho Diretivo da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, I. P., datada de 22/09/2015 (Ata n.º 141), exarada na Informação n.º 5987, de 24/08/2015, sobre o relatório final do processo disciplinar n.º 24/2014, que lhe foi instaurado, foi aplicada a sanção de despedimento disciplinar, por facto imputável à trabalhadora, com início de produção de efeitos, nos termos do artigo 223.º do referido diploma legal.

Mais fica notificada do prazo de 20 dias contados da data de publicação do presente aviso para, querendo, interpor recurso tutelar para o Ministro da Saúde, nos termos do n.º 2 do artigo 225.º do mesmo diploma.

6 de janeiro de 2016. — O Vogal do Conselho Diretivo da ARS de Lisboa e Vale do Tejo, I. P., *Nuno Venade*.

209295612

Centro Hospitalar do Oeste

Aviso (extrato) n.º 1321/2016

Na sequência da deliberação de homologação de 04 de novembro de 2015, da lista de classificação final do procedimento concursal para ocupação de um posto de trabalho da categoria de Técnico de 2.ª classe, área de Radiologia, da carreira de Técnico de Diagnóstico e Terapêutica, do mapa de pessoal deste Centro Hospitalar, e concluídos todos os trâmites relativos ao mesmo, foi autorizado por deliberação do Conselho de Administração de 22 de dezembro de 2015, a celebração de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, com efeitos a 07 de dezembro de 2015, ao abrigo do disposto na alínea b) do n.º 1 e do n.º 2 do artigo 4.º da Lei n.º 35/2014 de 20 de junho, com Inês Raquel Sebastião Dias, ficando posicionada no nível remuneratório entre 11 e 12 da tabela remuneratória única.

O presente contrato fica sujeito ao período experimental, com a duração de 240 dias, de acordo com o n.º 1 do artigo 49.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho.

21 de janeiro de 2016. — O Presidente do Conselho de Administração, *Dr. Carlos Manuel Ferreira de Sá*.

209293936

Direção-Geral da Saúde

Despacho n.º 1777/2016

Ao abrigo do disposto no n.º 10 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 82/2009, de 2 de abril, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 135/2013, de 4 de outubro, renovo a comissão de serviço do Delegado de Saúde Coordenador do ACES Grande Porto I — Santo Tirso Trofa, Dr. Luciano Manuel Maia dos Santos, médico Assistente Graduado da Carreira Médica de Saúde Pública, sob proposta do Conselho Diretivo da Administração Regional de Saúde Norte, I. P. e com parecer positivo da Diretora Executiva do referido ACES.

O presente despacho produz efeitos a 20 de outubro de 2015.

19 de janeiro de 2016. — O Diretor-Geral, *Francisco George*.

209296511

Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge, I. P.

Declaração de retificação n.º 110/2016

Por ter sido publicado com inexactidão o aviso n.º 77/2016, inserto no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 3, de 6 de janeiro de 2016, página 285 e 286, retifica-se que, onde se lê:

«[...]9 — Métodos de seleção:

No presente recrutamento serão aplicados os métodos de seleção ‘avaliação curricular’, com caráter eliminatório, complementada pela ‘entrevista profissional de seleção’ e ‘discussão curricular’ e a ‘prova prática’, nos termos do previsto no artigo 6.º da Portaria n.º 250/2014, de 28 de novembro.

[...]
9.1 — [...]

a) Avaliação (AC) — [...]:»

deve ler-se:

«[...]9 — Métodos de seleção:

No presente recrutamento serão aplicados os métodos de seleção ‘avaliação curricular’, com caráter eliminatório, complementada pela ‘entrevista profissional de seleção’ nos termos do previsto no artigo 6.º da Portaria n.º 250/2014, de 28 de novembro.

[...]
9.1 — [...]

a) Avaliação Curricular (AC) — [...]:»

8 de janeiro de 2016. — A Diretora de Gestão de Recursos Humanos, *Paula Caires da Luz*.

209295207

ECONOMIA

Direção-Geral das Atividades Económicas

Aviso n.º 1322/2016

Faz-se público que a Direção-Geral das Atividades Económicas pretende recrutar, em regime de mobilidade, trabalhadores na carreira e com a categoria de Técnico Superior, nos termos do disposto no n.º 92 e seguintes da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, para o exercício de funções no âmbito daquela que é a missão desta Direção-Geral, designadamente a promoção e o desenvolvimento da competitividade e da inovação empresarial, apoiando a conceção, execução, divulgação e avaliação das políticas do comércio e dos serviços, assim como assegurar a coordenação das relações bilaterais, europeias e internacionais, tendo em conta a seguinte caracterização:

1 — Tipo de oferta: mobilidade na categoria.

2 — Carreira e categoria: técnico superior.

3 — Remuneração: correspondente à posição e nível remuneratório detidos no lugar de origem, em conformidade com o disposto na alínea d) do n.º 2 do artigo 38.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, sendo as condições de trabalho e as regalias sociais as genericamente vigentes para os trabalhadores da Administração Pública.

4 — Caracterização do posto de trabalho: as características enquadráveis no conteúdo funcional correspondente à carreira e categoria de técnico superior, tal como se encontra definido no mapa anexo à LTFP, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho.

5 — Requisitos de admissão:

5.1 — Licenciatura em Economia, Gestão, Relações Internacionais ou Engenharia do Ambiente.